

**ACP MOBILIDADE, Sociedade de Seguros de Assistência, S.A.**

**RELATÓRIO E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2016**



# ÍNDICE

1. Enquadramento macroeconómico .....	2
2. Atividade da empresa .....	4
3. Políticas de gestão de risco .....	6
4. Perspetivas para 2017 .....	7
5. Proposta de aplicação dos resultados.....	7
6. Considerações Finais .....	7

## Anexo – Demonstrações Financeiras

Balanço

Demonstração dos resultados

Demonstração das alterações no capital próprio

Demonstração de fluxos de caixa

Anexo ao balanço e às demonstrações dos resultados

## Anexo – Certificação Legal das Contas

## ACP MOBILIDADE, Sociedade de Seguros de Assistência, S.A.

### RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

Senhores Acionistas,

De harmonia com as disposições legais, o Conselho de Administração do ACP Mobilidade, Sociedade de seguros de Assistência, S.A. vem apresentar a V. Exas. o relatório de gestão e contas relativos ao exercício de 2016.

#### **1. Enquadramento macroeconómico**

---

##### 1.1. Macroeconomia

A nível mundial, o fim do ano ficou marcado pela vitória de Donald Trump nas eleições contrariando as previsões da generalidade dos analistas. A tomada de posse ocorreu no mês de Janeiro e foram já anunciadas diversas medidas que agitaram o país do ponto de vista social e que tiveram nos diversos mercados um forte impacto.

As taxas de juro americanas cresceram de forma significativa, assim como o dólar observou uma apreciação, sendo esperada uma subida da taxa de juro de referência até ao final do primeiro trimestre de 2017.

Os índices bolsistas americanos registaram um movimento de subida significativa desde a vitória de Donald Trump nas eleições, suportados pelas medidas de estímulo da economia e de protecção prometidas na campanha eleitoral e nas primeiras medidas anunciadas após a tomada de posse.

No resto do mundo, as taxas de juro também cresceram embora de forma menos significativa, assim como a generalidade dos índices bolsistas dos países desenvolvidos.

O preço do petróleo, assim como de outras “comodities” apresentou igualmente uma subida no período mencionado.

Apesar dos preços se encontrarem controlados na Europa, poderão existir algumas pressões inflacionistas que levem a uma subida das taxas de juro na zona Euro ao longo do ano, embora, por enquanto não se perspetive nenhuma alteração nas taxas de referência.

Em 2016, outro dos acontecimentos marcantes foi o designado “Brexit”, ou seja, o Reino Unido referendou a sua saída da União Europeia, tendo “ganho” a opção de saída da União Europeia. Como consequência imediata, o primeiro ministro David Cameron, demitiu-se, tendo sido substituído pela também conservadora Theresa May.

A incerteza associada a estes acontecimentos introduziu uma maior volatilidade no mercado que continua a apresentar taxas de juro historicamente baixas, embora exista uma forte pressão sobre as economias mais débeis da zona euro.

Em Portugal, os indicadores económicos de 2016 foram positivos e em linha com as previsões do governo, contudo a pressão externa sobre a economia é bastante grande e a capacidade de captação de fundos e o seu custo relativamente baixo depende fortemente da política de compra de dívida do Banco Central Europeu, a qual se perspectiva que possa descer em 2017 o que poderá implicar uma subida das yields associadas à dívida portuguesa. Importa ainda acrescentar que o acesso de Portugal a este programa de compra de dívida do Banco Central Europeu depende de pelo menos uma agência de rating conferir à dívida portuguesa o nível de investimento. Atualmente apenas a DBRS (agência de rating canadiana) confere este nível à dívida portuguesa.

Em 2016, o PIB português cresceu 1,4% e a taxa de desemprego continuou a descer, apresentando 10,5% no final do ano e uma média 11,1% em 2016. Contudo a taxa de desemprego jovem continua em níveis elevados, assim como os níveis de emigração.

Apesar das taxas de crescimento do PIB positivas em Portugal nos 3 últimos anos e a redução sucessiva da taxa de desemprego, Portugal continua a apresentar um elevado desequilíbrio ao nível financeiro, com défices sucessivos nas contas públicas e com o aumento da dívida pública.

## 1.2. Área seguradora

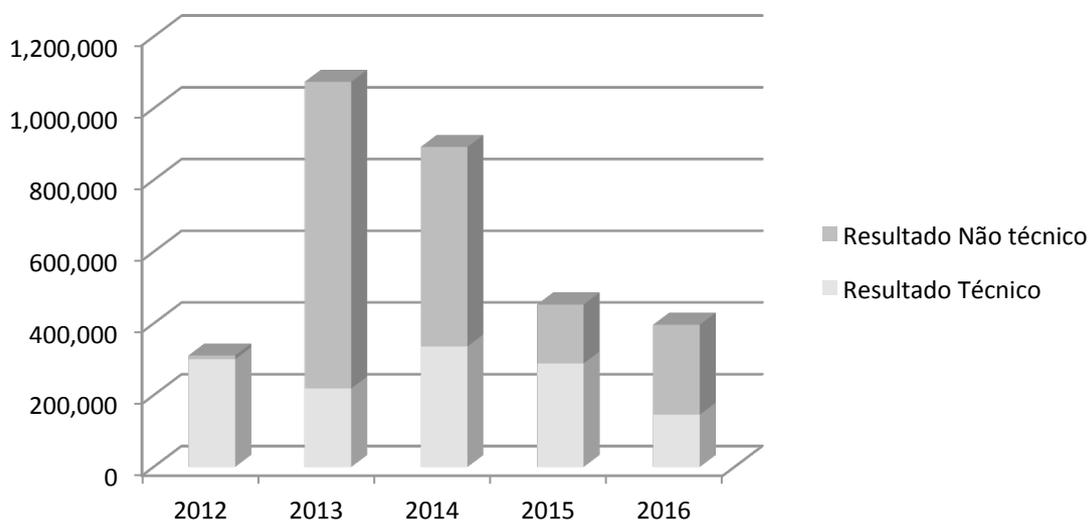
Em 2016, a produção de seguro direto sofreu um decréscimo de 14,4% face ao ano 2015, atingindo um valor de 10,8 mil milhões de euros. Este decréscimo deve-se principalmente ao ramo Vida, que regista uma quebra de 23,3%. Nos ramos Não Vida, verifica-se um aumento da produção em 4,9%, impulsionado pelos ramos de Acidentes de Trabalho principalmente, Doença e Automóvel.

## 2. Atividade da empresa

### 2.1. Síntese da atividade e performance

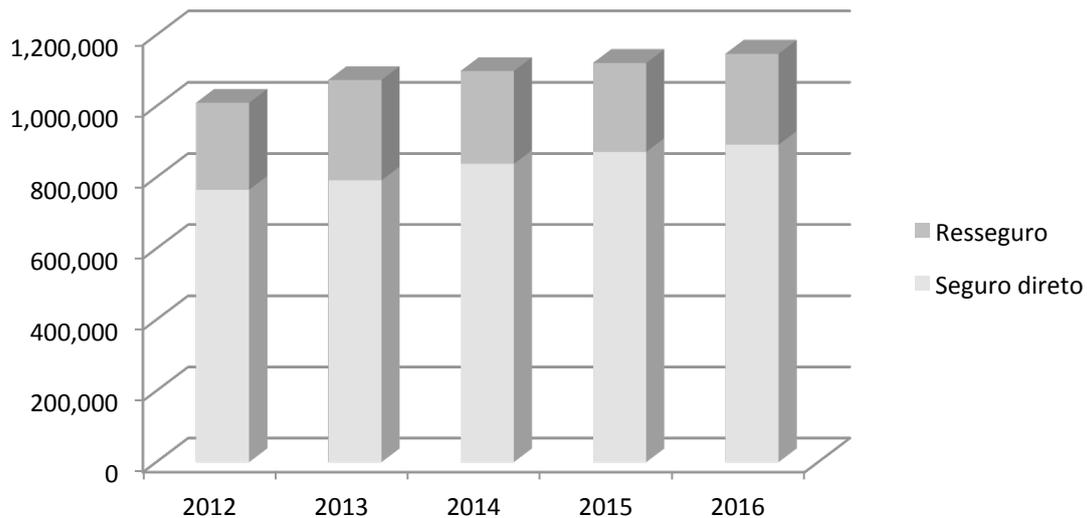
A companhia apresentou resultados positivos de cerca de 359 mil euros, idênticos aos resultados de 2015. A sua composição alterou-se, uma vez que o peso do resultado técnico desceu de 64% para 34%, registando uma quebra no resultado técnico e uma melhoria no resultado não técnico.

O gráfico seguinte apresenta a evolução dos resultados antes de impostos nos últimos cinco anos.



O aumento da sinistralidade contribuiu para a redução do resultado técnico e a performance da empresa participada ACP Serviços de Assistência, Lda. contribuiu para a melhoria do resultado não técnico.

A produção da companhia registou nova subida em 2016, cerca de 1,5%, atingindo 1.144.570 euros, à semelhança do que vem acontecendo desde 2012. Ambas as componentes cresceram em 2016, de forma semelhante.



A taxa de sinistralidade aumentou para 58%, tendo aumentado o combined ratio o que constituiu a maior contribuição para a diminuição do resultado técnico.

## 2.2. Investimentos e estrutura financeira

### Distribuição por tipo de investimentos em 2016 e 2015.

Tipo de investimentos	2016		2015	
	Valor	%	Valor	%
Em partes de capital	2.343.034	60,17%	2.204.368	56,56%
Em depósitos a prazo	720.000	18,40%	739.997	18,99%
Em obrigações	265.379	6,78%	233.859	6,00%
Em depósitos à ordem	225.505	5,76%	379.241	9,73%
Em imóveis	340.000	8,69%	340.000	8,72%

Unidade: euros

A distribuição dos investimentos não apresenta diferenças significativas face ao anterior, destacando-se apenas um ligeiro aumento dos investimentos em partes de capital acompanhado por uma redução no peso dos depósitos a prazo.

A estrutura financeira da empresa mantém-se sólida, representando os capitais próprios da companhia 84% dos capitais totais, nível muito semelhante ao do ano anterior.

A ACP Mobilidade no seu Passivo não apresenta qualquer endividamento bancário.

### **3. Políticas de gestão de risco**

---

Nos termos do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais vem a sociedade informar as políticas de gestão de risco, a nível do risco de preço/mercado e risco de liquidez/crédito/fluxos de caixa (transversal a todo o grupo ACP):

#### 1.1. Risco de preço / mercado

As operações de negócios em moeda estrangeira, especialmente na compra e venda, expõem a Sociedade a riscos cambiais, como resultado de flutuações nas taxas de câmbio. No entanto, grande parte das transações é efetuada com entidades do Espaço Comunitário, sendo o risco de exposição cambial residual. No que respeita às variações nas taxas de juro, atendendo ao facto de a empresa ser financiada por capitais do grupo ACP e, os contratos com fornecedores / clientes não preverem o vencimento de juros a gestão entende que o risco é residual.

#### 1.2. Risco de liquidez / crédito / fluxos de caixa

A estrutura de financiamento da empresa assenta essencialmente em capitais provenientes do Grupo ACP. Estes instrumentos de financiamento permitem à empresa a liquidez necessária para a satisfação dos seus compromissos sem recurso ao financiamento bancário. O foco da empresa é sobre a gestão de capital circulante e despesas de capital. Como consequência da sua política de gestão do ativo circulante e da sua eficiente gestão, a empresa dispõe atualmente de uma situação confortável em termos de liquidez. Não obstante, os principais riscos decorrem dos compromissos assumidos com os fornecedores. No entanto, a empresa mantém políticas regulares de cobrança e regularização dos seus compromissos.

#### **4. Perspetivas para 2017**

---

Ao nível da produção, a companhia prevê aumentar a produção através da captação de novos clientes, embora de forma sustentada, atendendo à sua dimensão.

A Companhia irá prosseguir com as reformulações necessárias da sua organização interna de forma a responder aos requisitos relacionados com o novo regime Solvência II, o que tendo em conta a sua reduzida dimensão representa um esforço considerável.

O Conselho de Administração está confiante que o ano 2017 confirmará a tendência de crescimento com resultados sustentados.

#### **5. Proposta de aplicação dos resultados**

---

O resultado líquido do exercício foi de 358.796,00 euros (trezentos e cinquenta e oito mil setecentos e noventa e seis euros).

O Conselho de Administração propõe a seguinte aplicação do resultado líquido do exercício:

- Reservas Legais: 35.879,60 euros;
- Reservas Livres: 35.879,60 euros;
- Dividendos: 287.036,80 euros.

#### **6. Considerações Finais**

---

Nos termos e para efeitos do D.L. nº 411/91 de 17 de outubro, o Conselho de Administração declara que a empresa não tem dívidas perante a Segurança Social.

Finalmente, o Conselho de Administração não quer deixar de agradecer a colaboração de todos os que têm contribuído para este facto, em particular:

- à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;
- ao Conselho Fiscal;
- ao Revisor Oficial de Contas;

- aos colaboradores do Automóvel Clube de Portugal e do ACP Serviços de Assistência que colaboram neste projeto;
- e às demais entidades que, de uma forma direta ou indireta, têm dado o seu contributo à empresa.

Lisboa, 20 de Março de 2017

O Conselho de Administração

Carlos Barbosa

Florbela Almeida

André Veloso

## **ACP MOBILIDADE, Sociedade de Seguros de Assistência, S.A.**

### **Anexo ao Relatório de Gestão do Exercício de 2016**

Acionistas que, nos termos do artigo 448, nº 2 do Código das Sociedades Comerciais, titulares de, pelo menos, um décimo, um terço ou metade do capital:

Automóvel Club de Portugal, com sede na Rua Rosa Araújo, 24, em Lisboa, titular de 489.300 ações, correspondente a 97,86% do capital social.

O Conselho de Administração

**ACP MOBILIDADE, Sociedade de Seguros de Assistência, S.A.**

**BALANÇO DO EXERCÍCIO DE 2016**



**ACP Mobilidade-Sociedade de Seguros de Assistência, SA**  
Balço em 31 de Dezembro de 2016

(Unidade: Euros)

Rubricas	Notas	31/dez/16			31/dez/15
		Valor bruto	Imparidade, depreciações / amortizações ou ajustamentos	Valor Líquido	Valor Líquido
<b>Ativo</b>					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	7 e 11	225 604,74		225 604,74	379 240,92
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	6 e 11	2 343 034,34	0,00	2 343 034,34	2 204 368,17
Associadas e empreendimento conjuntos		2 343 034,34		2 343 034,34	2 204 368,17
Filiais, associadas e empreendimentos conjuntos				0,00	
Activos disponíveis para venda		265 379,01	0,00	265 379,01	233 859,49
Investimentos em outras empresas participadas e participantes				0,00	
Outros investimentos	11	265 379,01		265 379,01	233 859,49
Empréstimos e contas a receber		720 000,00	0,00	720 000,00	739 996,68
Outros depósitos	11	720 000,00		720 000,00	739 996,68
Empréstimos concedidos				0,00	
Contas a receber				0,00	
Outros				0,00	
Terrenos e edifícios		340 000,00	0,00	340 000,00	340 000,00
Terrenos e edifícios de uso próprio				0,00	
Terrenos e edifícios de rendimento	11	340 000,00		340 000,00	340 000,00
Outros activos tangíveis	8	1 585,10	(1 585,10)	0,00	
Outros devedores por operações de seguros e outras operações		669 834,26	(6 864,11)	662 970,15	583 551,65
Contas a receber por operações de seguro directo	13	622 629,68	(6 864,11)	615 765,57	546 323,91
Contas a receber por outras operações de resseguro	13	40 228,84		40 228,84	28 553,94
Contas a receber por outras operações	13	6 975,74		6 975,74	8 673,80
Activos por impostos		62 732,72	0,00	62 732,72	22 402,25
Activos por impostos correntes	19	62 732,72		62 732,72	22 402,25
Activos por impostos diferidos	19			0,00	0,00
Acréscimos e diferimentos	22	18 721,09		18 721,09	14 034,28
<b>Total do Ativo</b>		<b>4 646 891,26</b>	<b>(8 449,21)</b>	<b>4 638 442,05</b>	<b>4 517 453,44</b>
<b>Passivo e Capital Próprio</b>					
<b>Passivo</b>					
Provisões técnicas		572 443,95	0,00	572 443,95	434 991,26
Provisão para prémios não adquiridos	12	315 051,33		315 051,33	225 407,00
Provisão matemática do ramo vida				0,00	
Provisão para sinistros		257 392,62	0,00	257 392,62	209 584,26
De vida				0,00	
De acidentes de trabalho				0,00	
De outros ramos	12	257 392,62		257 392,62	209 584,26
Provisão para participação nos resultados				0,00	
Outras provisões técnicas				0,00	
Outros credores por operações de seguros e outras operações		84 268,83	0,00	84 268,83	69 033,97
Contas a pagar por operações de seguro directo				0,00	
Contas a pagar por outras operações de resseguro				0,00	
Contas a pagar por outras operações	14	84 268,83		84 268,83	69 033,97
Passivos por impostos		58 810,45	0,00	58 810,45	92 491,71
Passivos por impostos correntes	19	58 810,45		58 810,45	92 491,71
Passivos por impostos diferidos				0,00	
Acréscimos e diferimentos	22	40 203,66		40 203,66	57 150,60
<b>Total do Passivo</b>		<b>755 726,89</b>	<b>0,00</b>	<b>755 726,89</b>	<b>653 667,54</b>
<b>Capital Próprio</b>					
Capital	20	2 500 000,00		2 500 000,00	2 500 000,00
Reservas de reavaliação	20	0,00	0,00	0,00	4 270,80
Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros				0,00	4 270,80
Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio				0,00	
Por revalorização de activos intangíveis				0,00	
Por revalorização de outros activos tangíveis				0,00	
Outras reservas	20	1 017 022,98		1 017 022,98	978 968,30
Resultados transitados		6 896,18		6 896,18	0,00
Resultado líquido do exercício		358 796,00		358 796,00	380 546,80
<b>Total do Capital Próprio</b>		<b>3 882 715,16</b>	<b>0,00</b>	<b>3 882 715,16</b>	<b>3 863 785,90</b>
<b>Total do Passivo e do Capital Próprio</b>		<b>4 638 442,05</b>	<b>0,00</b>	<b>4 638 442,05</b>	<b>4 517 453,44</b>

**A Administração**

**O Contabilista Certificado**

Carlos de Alpoim Vieira Barbosa

Rui Miguel Soares Caeiro

Florbela S. Almeida

André Veloso Ferreira dos Santos

**ACP MOBILIDADE, Sociedade de Seguros de Assistência, S.A.**

**CONTA DE GANHOS E PERDAS DO EXERCÍCIO DE 2016**



**ACP Mobilidade-Sociedade de Seguros de Assistência, SA**  
**Contas de Ganhos e Perdas**  
**em 31 de Dezembro de 2016**

(Unidade: Euros)

Ganhos e Perdas	Notas	31/dez/16			31/dez/15
		Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total	
Prémios adquiridos líquidos de resseguro		1 144 569,88	0,00	1 144 569,88	1 121 308,36
Prémios brutos emitidos	15	1 226 090,89		1 226 090,89	1 131 367,81
Prémios de resseguro cedido				0,00	0,00
Provisão para prémios não adquiridos (variação)		(81 521,01)		(81 521,01)	(10 059,45)
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)				0,00	0,00
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de invest. ou como contratos de prest. de serviços				0,00	0,00
Custos com sinistros, líquidos de resseguro		(661 417,33)	0,00	(661 417,33)	(567 515,34)
Montantes pagos		(613 608,97)	0,00	(613 608,97)	(583 665,01)
Montante bruto		(613 608,97)		(613 608,97)	(583 665,01)
Parte dos resseguradores				0,00	0,00
Provisão para sinistros		(47 808,36)	0,00	(47 808,36)	16 149,67
Montante bruto		(47 808,36)		(47 808,36)	16 149,67
Parte dos resseguradores				0,00	0,00
Custos e gastos de exploração líquidos		(339 417,74)	0,00	(339 417,74)	(269 873,51)
Custos de aquisição				0,00	0,00
Custos de aquisição diferidos (variação)				0,00	0,00
Gastos administrativos	17	(339 417,74)		(339 417,74)	(269 873,51)
Comissões e participação nos resultados de resseguro				0,00	0,00
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	16	1 707,81		1 707,81	4 227,79
Outros rendimentos/gastos			17 633,35	17 633,35	27 470,28
Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial				0,00	0,00
<b>Resultado Líquido Antes de Impostos</b>		<b>145 442,62</b>	<b>233 162,67</b>	<b>396 238,64</b>	<b>452 348,80</b>
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	19		(37 442,64)	(37 442,64)	(71 802,00)
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	19			0,00	0,00
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>		<b>145 442,62</b>	<b>213 353,38</b>	<b>358 796,00</b>	<b>380 546,80</b>

**A Administração**

Carlos de Alpoim Vieira Barbosa

Florbel S. Almeida

André Veloso Ferreira dos Santos

**O Contabilista Certificado**

Rui Miguel Soares Caeiro

**ACP MOBILIDADE, Sociedade de Seguros de Assistência, S.A.**

**ANEXOS DO EXERCÍCIO DE 2016**



**ACP Mobilidade-Sociedade de Seguros de Assistência, SA**  
**Demonstração das Alterações no Capital Próprio**  
**no período findo em 31 de Dezembro de 2016**

(Unidade: Euros)

Descrição	Notas	Capital	Outros Instrumentos de Capital			Reservas por Reavaliação	Reservas por Impostos Diferidos	Reserva Legal	Outras Reservas			Resultados Translatados	Resultado do Exercício	Total
			Instrumentos Financeiros Compostos	Reservas Suplementares	Outros				Reserva Estatutária	Prémios de Emissão	Outras Reservas			
<b>Balanco a 31 de Dezembro de 2014</b>		2 500 000,00				13 222,71		428 869,41			467 442,03		828 567,62	4 236 101,77
Correções de erros (IAS 8)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)														
Balanco de abertura alterado														
Aumentos/reduções de capital														
Ganhos (iq. por ajust. no.) x de activos financ. disponíveis para venda						(8 951,91)								(8 951,91)
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos														0,00
Alterações de resultados														0,00
Distribuição de reservas								128 267,06		(45 610,20)			(82 656,86)	0,00
Distribuição de lucros/prejuízos														0,00
Alterações de estimativas contabilísticas														0,00
Outros ganhos/perdas reconhecidos directamente no capital próprio														0,00
Transf. entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas														0,00
<b>Total das variações do capital próprio</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>(8 951,91)</b>	<b>0,00</b>	<b>128 267,06</b>	<b>0,00</b>	<b>(45 610,20)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>(82 656,86)</b>	<b>(743 910,76)</b>
Resultado líquido do período														0,00
Distribuição antecipada de lucros														0,00
<b>Balanco a 31 de Dezembro de 2015</b>	22	<b>2 500 000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4 270,80</b>	<b>0,00</b>	<b>557 136,47</b>	<b>0,00</b>	<b>421 831,83</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>380 546,80</b>	<b>3 863 785,50</b>
<b>Balanco a 31 de Dezembro de 2015</b>		<b>2 500 000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4 270,80</b>	<b>0,00</b>	<b>557 136,47</b>	<b>0,00</b>	<b>421 831,83</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>380 546,80</b>	<b>3 863 785,90</b>
Correções de erros (IAS 8)														0,00
Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)														0,00
Balanco de abertura alterado														0,00
Aumentos/reduções de capital														0,00
Ganhos (iq. por ajust. no.) x de activos financ. disponíveis para venda														0,00
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos														0,00
Alterações de resultados														0,00
Distribuição de reservas														0,00
Distribuição de lucros/prejuízos								38 054,68					(38 054,68)	0,00
Alterações de estimativas contabilísticas														0,00
Outros ganhos/perdas reconhecidos directamente no capital próprio														0,00
Transf. entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas														0,00
<b>Total das variações do capital próprio</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>(6 896,18)</b>	<b>0,00</b>	<b>38 054,68</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>6 896,18</b>	<b>(38 054,68)</b>	<b>0,00</b>
Resultado líquido do período														0,00
Distribuição antecipada de lucros														0,00
<b>Balanco a 31 de Dezembro de 2016</b>	22	<b>2 500 000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>(0,00)</b>	<b>0,00</b>	<b>595 191,15</b>	<b>0,00</b>	<b>421 831,83</b>	<b>0,00</b>	<b>6 896,18</b>	<b>(380 546,80)</b>	<b>3 863 785,16</b>

**A Administração**

Carlos de Alpoim Vieira Barbosa

Florbela S. Almeida

André Veloso Ferreira dos Santos

Rui Miguel Soares Caeiro

**O Contabilista Certificado**



**ACP Mobilidade-Sociedade de Seguros de Assistência, SA**  
**Demonstração dos Fluxos de Caixa**  
**do Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2016**

(Unidade: Euros)

Rubricas	Notas	Datas	
		31/dez/16	31/dez/15
<b>Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais</b>			
Operações de seguros			
Recebimentos de prémios de seguro		888 820,09	913 385,42
Recebimentos de ressegurados líquidos		250 995,19	264 955,31
Outros recebimentos de seguros			
Pagamentos de indemnizações e desp. com sinistros (líquidos)		(621 138,65)	(567 313,49)
Pagamento a ressegurados (líquidos)			
Pagamento de taxas e impostos sobre seguros		(37 467,77)	(30 918,76)
		<b>481 208,86</b>	<b>580 108,48</b>
Investimentos financeiros			
Recebimentos de renda de imóveis		12 203,52	5 084,80
Recebimentos de juros (DO+DP)		1 978,33	20 092,03
Outros investimentos		(20 553,86)	162 321,50
		<b>(6 372,01)</b>	<b>187 498,33</b>
Outros fluxos de caixa operacionais			
Pagamentos a pessoal		(153 293,49)	(61 724,57)
Pagamentos a fornecedores		(101 316,60)	(90 003,93)
Pagamentos de outros impostos		(107 964,08)	(60 049,28)
Pagamentos à Seg.Social		(50 339,23)	(41 087,35)
Pagamentos de seguros		(2 018,94)	(1 382,83)
Outros recebimentos / pagamentos		14 459,15	6 278,71
Pagamentos de despesas			
		<b>(400 473,19)</b>	<b>(247 969,25)</b>
<b>Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (1)</b>		<b>74 363,66</b>	<b>519 637,56</b>
<b>Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento</b>			
Dividendos recebidos de participadas		94 495,60	463 639,72
Vencimento de depósitos a prazo		1 459 996,68	2 190 000,00
Constituição de depósitos a prazo		(1 440 000,00)	(2 079 996,68)
Pagamentos relativos a investimentos financeiros			
Outros			
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento (2)</b>		<b>114 492,28</b>	<b>573 643,04</b>
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento</b>			
Juros pagos (empréstimos subordinados)			
Juros pagos (descoberto bancário)			
Dividendos pagos a acionistas		(342 492,12)	(743 911,75)
Prestações Suplementares			
Outras operações de financiamento			
<b>Fluxos de caixa das Atividades de Financiamento (3)</b>		<b>(342 492,12)</b>	<b>(743 911,75)</b>
<b>Variação de Caixa e seus Equivalentes (1+2+3)</b>		<b>(153 636,18)</b>	<b>349 368,85</b>
<b>Efeito das Diferenças de Câmbio</b>			
<b>Caixa e seus Equivalentes no Início do Período</b>		<b>379 240,92</b>	<b>29 872,07</b>
<b>Caixa e seus Equivalentes no Fim do Período</b>		<b>225 604,74</b>	<b>379 240,92</b>

**A Administração**

**O Contabilista Certificado**

Carlos de Alpoim Vieira Barbosa

Rui Miguel Soares Caeiro

Florbela S. Almeida

André Veloso Ferreira dos Santos



## ACP Mobilidade-Sociedade de Seguros de Assistência, SA

Desenvolvimento da Provisão para Sinistros Relativa a Sinistros Ocorridos em Exercícios Anteriores e dos seus Reajustamentos  
(Correções)

em 31 de Dezembro de 2016

(Unidade: Euros)

Ramos/Grupos de Ramos	Provisão para sinistros em 31/12/N-1 (1)	Custos com sinistros * montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros * em 31/12/N (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
Vida				0,00
Não Vida				
Acidentes e doença				0,00
Incêndio e outros danos				0,00
Automóvel				0,00
Responsabilidade civil				0,00
Outras coberturas				0,00
Marítimo, aéreo e transportes				0,00
Responsabilidade civil geral				0,00
Crédito e caução				0,00
Proteção jurídica				0,00
Assistência	209 584,26	114 888,36	25 488,74	(69 207,16)
Diversos				0,00
<b>Total</b>	<b>209 584,26</b>	<b>114 888,36</b>	<b>25 488,74</b>	<b>(69 207,16)</b>
<b>Total Geral</b>	<b>209 584,26</b>	<b>114 888,36</b>	<b>25 488,74</b>	<b>(69 207,16)</b>

Notas:

\* Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores

### A Administração

Carlos de Alpoim Vieira Barbosa

Florbela S. Almeida

André Veloso Ferreira dos Santos

### O Contabilista Certificado

Rui Miguel Soares Caeiro



**ACP Mobilidade-Sociedade de Seguros de Assistência, SA**  
**Discriminação dos Custos com Sinistros**  
**em 31 de Dezembro de 2016**

(Unidade: Euros)

Ramos/Grupos de ramos	Montantes pagos - - prestações (1)	Montantes pagos - custos de gestão de sinistros imputados (2)	Varição da provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (4)=(1)+(2)+(3)
Seguro Direto				
Acidentes e doença				0,00
Incêndio e outros danos				0,00
Automóvel				
Responsabilidade Civil				0,00
Outras coberturas				0,00
Marítimo, aéreo e transportes				0,00
Responsabilidade civil geral				0,00
Crédito e caução				0,00
Proteção jurídica				0,00
Assistência	460 277,35		33 610,14	493 887,49
Diversos				0,00
<b>Total</b>	<b>460 277,35</b>	<b>0,00</b>	<b>33 610,14</b>	<b>493 887,49</b>
Resseguro Aceite	153 331,62		14 198,22	167 529,84
<b>Total Geral</b>	<b>613 608,97</b>	<b>0,00</b>	<b>47 808,36</b>	<b>661 417,33</b>

**A Administração**

Carlos de Alpoim Vieira Barbosa

Florbela S. Almeida

André Veloso Ferreira dos Santos

**O Contabilista Certificado**

Rui Miguel Soares Caeiro



**ACP Mobilidade-Sociedade de Seguros de Assistência, SA**  
**Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros**  
**em 31 de Dezembro de 2016**

(Unidade: Euros)							
Código	Designação	2016	Montante do valor nominal	% do valor nominal	2015	Valor Total de aquisição	Valor de balanço unitário* Total
<b>1 - FILIAIS, ASSOCIADAS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E OUTRAS EMPRESAS PARTICIPADAS E PARTICIPANTES</b>							
1.1 - Títulos nacionais							
1.1.1 - Partes de capital em filiais							
	ACP Serviços, Lda			90%	90%		2 174 174
1.1.2 - Partes de capital em associadas							
	ACP Viagens e Turismo, Lda			40%	40%		168 860
1.1.3 - Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
1.1.4 - Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
	Sub-Total	-	-	-	-	-	2 343 034
1.1.5 - Títulos de dívida de filiais							
1.1.6 - Títulos de dívida de associadas							
1.1.7 - Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							
1.1.8 - Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
	Sub-Total	-	-	-	-	-	-
1.1.9 - Outros títulos em filiais							
1.1.10 - Outros títulos em associadas							
1.1.11 - Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
1.1.12 - Outros títulos de outras empresas participadas e participantes							
	Sub-Total	-	-	-	-	-	-
	Sub-Total	-	-	-	-	-	2 343 034
1.2 - Títulos estrangeiros							
1.2.1 - Partes de capital em filiais							
1.2.2 - Partes de capital em associadas							
1.2.3 - Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
1.2.4 - Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
	Sub-Total	-	-	-	-	-	-
1.2.5 - Títulos de dívida de filiais							
1.2.6 - Títulos de dívida de associadas							
1.2.7 - Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							
1.2.8 - Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
	Sub-Total	-	-	-	-	-	-
1.2.9 - Outros títulos em filiais							
1.2.10 - Outros títulos em associadas							
1.2.11 - Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
1.2.12 - Outros títulos de outras empresas participadas e participantes							
	Sub-Total	-	-	-	-	-	-
	Sub-Total	-	-	-	-	-	-
	<b>Total</b>	-	-	-	-	-	<b>2 343 034</b>
<b>2 - OUTROS</b>							
2.1 - Títulos nacionais							
2.1.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
2.1.2.1 - Acções							
	Sub-Total	-	-	-	-	-	-
2.1.2.2 - Títulos de participação							
	Sub-Total	-	-	-	-	-	-
2.1.2.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
	Sub-Total	-	-	-	-	-	-
2.1.2.4 - Outros							
	Sub-Total	-	-	-	-	-	-
	Sub-Total	-	-	-	-	-	-
2.1.2 - Títulos de dívida							
2.1.2.1 - De dívida pública							
2.1.2.2 - De outros emissores públicos							
	Sub-Total	-	-	-	-	-	-
2.1.2.3 - De outros emissores							
	Sub-Total	-	-	-	-	-	-
	<b>Total</b>	-	-	-	-	-	-
2.2 - Títulos estrangeiros							
2.2.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
2.2.2.1 - Acções							
	Sub-Total	-	-	-	-	-	-
2.2.2.2 - Títulos de participação							
	Sub-Total	-	-	-	-	-	-
2.2.2.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
	Sub-Total	-	-	-	-	-	-
2.2.2.4 - Outros							
	Sub-Total	-	-	-	-	-	-
	Sub-Total	-	-	-	-	-	-
2.2.2 - Títulos de dívida							
2.2.2.1 - De dívida pública							
2.2.2.2 - De outros emissores públicos							
	Sub-Total	-	-	-	-	-	-
2.2.2.3 - De outros emissores							
	Sub-Total	-	-	-	-	-	265 379
	Sub-Total	-	-	-	-	-	265 379
2.3 - Derivados de negociação							
	Sub-Total	-	-	-	-	-	-
2.4 - Derivados de cobertura							
	Sub-Total	-	-	-	-	-	-
	<b>Total</b>	-	-	-	-	-	<b>265 379</b>
<b>3 - Total GERAL</b>							
	<b>Total</b>	-	-	-	-	-	<b>2 608 413</b>

\* Inclui o valor dos juros decorridos

**A Administração**

**O Contabilista Certificado**

Carlos de Alpoim Vieira Barbosa

Rui Miguel Soares Caeiro

Florbela S. Almeida

André Veloso Ferreira dos Santos



**ACP Mobilidade-Sociedade de Seguros de Assistência, SA**  
**Discriminação de Alguns Valores por Ramos**  
**em 31 de Dezembro de 2016**

(Unidade: Euros)

Ramos/Grupos de ramos	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos*	Custos e gastos de exploração brutos*	Saldo de resseguro
Seguro Direto					
Acidentes e doença					
Incêndio e outros danos					
Automóvel					
Responsabilidade Civil					
Outras coberturas					
Marítimo, aéreo e transportes					
Responsabilidade civil geral					
Crédito e caução					
Proteção jurídica					
Assistência	963 420,80	891 303,15	493 887,49		
Diversos					
<b>Total</b>	<b>963 420,80</b>	<b>891 303,15</b>	<b>493 887,49</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Resseguro Aceite	262 670,09	253 266,73	167 529,84		
<b>Total Geral</b>	<b>1 226 090,89</b>	<b>1 144 569,88</b>	<b>661 417,33</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Notas:

\* Sem dedução da parte dos resseguradores

**A Administração**

Carlos de Alpoim Vieira Barbosa

Florbel S. Almeida

André Veloso Ferreira dos Santos

**O Contabilista Certificado**

Rui Miguel Soares Caeiro

**ACP MOBILIDADE, Sociedade de Seguros de Assistência, S.A.**

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2016**

**ACP Mobilidade-Sociedade de Seguros de Assistência, SA****Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais em  
31 de Dezembro de 2016  
(Valores Expressos em Euros)****1 Informação Geral**

A empresa ACP Mobilidade - Sociedade de Seguros de Assistência, S.A. é uma empresa de seguros de assistência de capitais privados constituída por escritura notarial em 28 de Dezembro de 2006, para a qual obteve as necessárias autorizações da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

O seu capital social é de 2.500.000 euros.

A empresa ACP Mobilidade - Sociedade de Seguros de Assistência, S.A. tem a sua sede Social e escritórios, na Av<sup>a</sup> da República n<sup>o</sup> 62 F-1<sup>o</sup> em Lisboa.

**2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 e foram preparadas de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros, emitido pela ASF e aprovado pela Norma Regulamentar n.º 4/2007-R, de 27 de Abril, com as alterações introduzidas pela Norma n.º 20/2007-R, de 31 de Dezembro e da Norma Regulamentar n.º 22/2010, de 16 de Dezembro, e ainda de acordo com as normas relativas à contabilização das empresas de seguros estabelecidas pela ASF.

**3 Principais políticas contabilísticas**

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

**3.1 Bases de preparação**

As demonstrações financeiras foram preparadas de harmonia com os princípios contabilísticos definidos no Plano de Contas para o Sector Segurador e normas específicas emanadas pelo Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, adotadas nos termos do Artigo 3º do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, com exceção da IFRS 4 em que apenas são adotados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros.

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 2016, foram preparadas em conformidade com as IFRS aprovadas pela UE em vigor nessa data, que incluem os standards emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB) bem como as interpretações emitidas pelo International Reporting Interpretations Committee (IFRIC) e pelos respetivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os investimentos em terrenos, edifícios de rendimento e ativos detidos para venda.

A empresa apenas tem investimentos em empresas Associadas, Terrenos e Edifícios e Depósitos Bancários à Ordem e a Prazo, e Ativos financeiros detidos para venda, pelo que não são aplicáveis normativos relativos a outro tipo de investimentos.

#### **a) Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos**

Os investimentos financeiros em associadas são registados pelo método de equivalência patrimonial, desde a data em que a empresa adquire a influência significativa direta ou indireta até ao momento em que a mesma termina, exceto se existirem restrições severas e duradouras que prejudiquem significativamente a capacidade de transferência de fundos para a empresa, caso em que seria usado o método do custo. As associadas são entidades nas quais o ACP Mobilidade tem influência significativa mas não exerce controlo sobre as suas políticas financeiras e operacionais. Presume-se que o ACP Mobilidade exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso detenha menos de 20% dos direitos de voto, presume-se que não exerce influência significativa, exceto quando essa influência possa ser claramente demonstrada.

#### **b) Terrenos e edifícios**

Os terrenos e edifícios são registados através da aplicação do justo valor. A empresa procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil. No caso dos terrenos e edifícios, os testes de imparidade são efetuados no mínimo, numa base bianual, através do recurso a avaliações externas realizadas por avaliadores certificados.

#### **c) Imparidade de ativos**

A empresa avalia anualmente a possibilidade de algum dos seus ativos ou da unidade geradora de caixa onde o ativo está inserido poder estar com imparidade. Caso se confirme a situação de imparidade, ou seja a situação em que a quantia escriturada é superior à quantia recuperável, a quantia escriturada é reduzida até ao valor da quantia recuperável. A quantia recuperável é a quantia mais alta entre o justo valor de um ativo menos os custos de vender e o seu valor de uso. As perdas por imparidade de contas a receber são registadas em função dos riscos de cobrança identificados no final do exercício em relação aos saldos a receber de clientes, sócios e outros devedores, através da análise da antiguidade dos saldos e de dificuldades financeiras conhecidas dos devedores. As perdas por imparidade de ativos fixos tangíveis são revertidas caso se verifiquem alterações nas estimativas utilizadas na determinação da quantia recuperável. As perdas por imparidade de contas a receber são revertidas caso se verifique o efetivo pagamento da dívida ou caso o devedor demonstre capacidade e vontade de liquidação dos valores em dívida.

**d) Ativos financeiros detidos para venda**

Os ativos financeiros detidos para venda são valorizados ao justo valor. As variações do respetivo justo valor são levadas diretamente a capital próprio.

Os custos iniciais não incluem os custos de transação dos ativos ou passivos financeiros mensurados ao justo valor com contrapartida em resultados.

São considerados ativos financeiros detidos para venda os que sejam adquiridos essencialmente com a finalidade de venda ou liquidação no curto prazo ou que façam parte de uma carteira de instrumentos financeiros geridos como um todo e que apresentem evidência de terem recentemente proporcionado lucros reais.

Para efeitos de demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes, incluem moeda nacional e depósitos à ordem junto de bancos nacionais.

**3.2 Comparabilidade**

A comparabilidade encontra-se assegurada dado que as demonstrações financeiras de 2016 foram preparadas de acordo as IFRS aprovadas pela UE e demais normativos em vigor nessa data.

**3.3 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas**

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Nesta categoria incluem-se, conseqüentemente, as seguintes estimativas:

**a) Provisão para sinistros**

A provisão para sinistros corresponde ao custo total estimado que a empresa de seguros suportará para regularizar todos os sinistros que tenham ocorrido até ao final do exercício, quer tenham sido comunicados ou não, após dedução dos montantes já pagos respeitantes a esses sinistros.

**b) Provisão para prêmios não adquiridos**

A provisão para prêmios não adquiridos inclui a parte dos prêmios brutos emitidos, relativamente a cada um dos contratos em vigor, a imputar a um ou vários exercícios seguintes.

Esta provisão foi calculada pelo método “pró-rata temporis” e destina-se a garantir a cobertura dos riscos assumidos e dos encargos deles resultantes durante o período compreendido entre o final do exercício e a data de vencimento de cada um dos contratos de seguro.

Conforme recomendado pela IFRS 1, ativos e passivos são geralmente classificados globalmente no balanço, por ordem decrescente de liquidez, que é mais relevante para as instituições financeiras do que a classificação entre ativos e passivos correntes e não correntes.

Igualmente para a generalidade das empresas de seguros, as despesas são classificadas por destino nas presentes demonstrações financeiras.

**4 Informação por segmentos**

No relato por segmentos reportado a 31 de Dezembro de 2016, a informação primária é feita por áreas de negócio.

A informação secundária é feita por área geográfica onde a empresa opera.

A ACP Mobilidade – Sociedade de Seguros de Assistência, S.A., apenas opera no ramo Assistência.

**a) Balanço por segmento de negócio**

<b>Ativo</b>	<b>Ramo Assistência</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	225.605	225.605	379.241
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	2.343.034	2.343.034	2.204.368
Ativos disponíveis para venda	265.379	265.379	233.859
Empréstimos e contas a receber	720.000	720.000	739.997
Terrenos e edifícios	340.000	340.000	340.000
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	662.970	662.970	583.552
Ativos por impostos	62.733	62.733	22.402
Acréscimos e diferimentos	18.721	18.721	14.034
	<b>4.638.442</b>	<b>4.638.442</b>	<b>4.517.453</b>

<b>Passivo</b>	<b>Ramo Assistência</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Provisões técnicas	572.444	572.444	434.991
Outros credores por operações de seguros e outras operações	84.269	84.269	69.034
Passivos por impostos	58.810	58.810	92.492
Acréscimos e diferimentos	40.204	40.204	57.151
Outras provisões	-	-	-
	<b>755.726</b>	<b>755.726</b>	<b>653.668</b>

**b) Balanço por segmento geográfico**

A empresa desenvolve toda a sua atividade em Portugal.

**c) Resultados por segmento de negócio**

Conta de ganhos e perdas	Ramo Assistência	2016	2015
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	1.144.570	1.144.570	1.121.308
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(661.417)	(661.417)	(567.515)
Custos e gastos de exploração líquidos	(339.418)	(339.418)	(269.874)
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	-	-	-
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	1.708	1.708	4.228
Outras provisões (variação)	-	-	-
Outros rendimentos/gastos	17.633	17.633	27.470
Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial	-	-	-
	233.163	233.163	136.731
<b>Resultado líquido antes de impostos</b>	<b>396.239</b>	<b>396.239</b>	<b>452.349</b>
Imposto sobre o rendimento do exercício - impostos correntes	(37.443)	(37.443)	(71.802)
Imposto sobre o rendimento do exercício - impostos diferidos	-	-	-
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>358.796</b>	<b>358.796</b>	<b>380.547</b>

**d) Resultados por segmento geográfico**

A empresa desenvolve toda a sua atividade em Portugal.

**5 Natureza e extensão das rubricas e dos riscos resultantes de contratos de seguro e ativos de resseguro**
**5.1 Gestão de Riscos**

Os procedimentos associados à gestão de riscos implementados durante o ano de 2015 foram mantidos e estiveram em prática de forma contínua durante o ano 2016.

Manteve-se em vigor o Manual do Sistema de Gestão de Risco criado em 2013 e que tem como objetivo definir as linhas orientadoras e os objetivos do Sistema de Gestão de Risco da ACP Mobilidade, servindo de guia de utilização para todos os intervenientes no processo.

Relativamente ao risco operacional a companhia continuou o registo dos riscos a que a organização se encontra exposta, começando com a identificação dos riscos, o seu cálculo e avaliação, definição do plano de ação, sua gestão, revisões contínuas e seu reporte e monitorização.

Manteve-se o Modelo Organizacional da ACP Mobilidade e foi atualizado o respetivo Organograma, em consequência das mudanças ocorridas, resultantes da mudança da reponsável pela Gestão de Sinistros do ACP Serviço de Assistência e da criação da função atuarial, independente do atuário responsável. No Organograma consta a estrutura e Descrição de Funções da ACP Mobilidade, nomeadamente as funções de Gestão de Riscos, Compliance e Controlo Interno, assim como o Comité de Gestão de Riscos criado em 2013.

O Comité de Gestão de Risco reuniu trimestralmente, em 2016, para analisar as ocorrências do período.

Foi continuado em 2016 o registo de ocorrências iniciado em 2014 com vista a uma quantificação mais objetiva dos riscos. Este trabalho deu origem a uma tabela de riscos que foi apreciada pelo gestor de riscos.

Foi efetuada pela Companhia a sua primeira análise do risco reputacional e criado o respetivo reporte.

Foi realizado em 2016 o primeiro exercício de autoavaliação do risco e da solvência, com dados a 31/12/2015 e considerando o plano de negócio plurianual 2016 / 2018 e foram elaborados os primeiros relatórios do exercício de autoavaliação do risco e da solvência interno e externo.

A empresa manteve em 2016 o controlo de gestão trimestral que permite acompanhar a evolução das carteiras, incluindo a sua sinistralidade e margem técnica, permitindo a monitorização periódica dos riscos em carteira, conforme detalhado no ponto seguinte.

## **5.2 Natureza e extensão das rubricas e dos riscos resultantes de contratos de seguro e ativos de resseguro**

### **a) Objetivos, políticas e processos de gestão dos riscos resultantes de contratos de seguro e os métodos usados para gerir esses riscos, incluindo uma descrição do processo de aceitação, avaliação, monitorização e controlo desses riscos.**

Os objetivos da gestão de riscos<sup>1</sup> são a identificação, avaliação, mitigação, monitorização e controlo de todos os riscos materiais a que a empresa de seguros se encontra exposta, tanto a nível interno como externo, por forma a assegurar que aqueles se mantêm a um nível que não afete significativamente a sua situação financeira e os interesses dos credores específicos de seguros.

Os objetivos, políticas e processos de gestão de riscos estão definidos no Manual de Gestão de Riscos do ACP Mobilidade.

Tendo em consideração que o ACP Mobilidade apenas explora o ramo de Assistência e concentra a subscrição deste ramo nos seguros de assistência em viagem associados ao setor automóvel, a sua exposição ao risco de subscrição de apólices de seguros tem um âmbito muito restrito.

Os principais fatores de risco que em geral contribuem para acionar as garantias dos contratos de seguro são as variações das condições atmosféricas, o estado de conservação dos veículos e das vias de circulação e a própria frequência de utilização das viaturas pelos segurados.

Os contratos em vigor são analisados trimestralmente e a administração recebe trimestralmente um relatório com os resultados atualizados de cada contrato. A regularidade deste acompanhamento tem como objetivo detetar qualquer evolução anormal dos resultados de um determinado contrato, de modo a analisar a situação e tomar as medidas necessárias à sua correção.

---

<sup>1</sup> Capítulo III, Artigo 7, Nr 2 da Norma Regulamentar N.º 14/2005-R.

Dada a natureza dos riscos seguros e as características das coberturas existentes, a seguradora não necessita de recorrer ao resseguro, uma vez que não existe risco de pagamento de capitais muito elevados.

O lançamento de novos produtos e a aceitação de novos contratos, dada a especificidade da estrutura da seguradora, passa sempre por decisão da administração.

**b) Sobre o risco específico de seguros (antes e após resseguro), incluindo informações acerca das análises de sensibilidade efetuadas, concentrações de risco e sinistros efetivos comparados com estimativas anteriores.**

A gestão de sinistros (assistências) é efetuada por uma empresa do grupo, especializada na prestação de serviços de assistência a veículos e pessoas. Mensalmente esta empresa fornece informação detalhada da sua atividade, em suporte digital, que é analisada em termos de resultados do ano e por comparação com os anos anteriores.

Os procedimentos técnicos são acompanhados pelo responsável do Controlo Interno e pelo Gestor de Riscos, com vista à avaliação da sua eficácia e eventual necessidade de correção ou melhoria.

O atuário responsável efetua a certificação das provisões técnicas e faz a análise dos desvios entre as estimativas calculadas no ano anterior com os valores efetivamente verificados, efetuando também análises de sensibilidade. Da comparação das estimativas efetuadas em anos anteriores com os valores realmente verificados não resultaram desvios materialmente relevantes, considerando-se prudentes as estimativas efetuadas.

**c) Prestação de informação qualitativa relativamente à adequação dos prémios e à adequação das provisões.**

As provisões para sinistros assim como a análise da suficiência tarifária são acompanhadas regularmente pelo atuário responsável, externo e independente da empresa e as respetivas conclusões constam do relatório do atuário responsável.

As tarifas da Companhia têm-se mostrado adequadas na sua generalidade e as provisões técnicas prudentes.

O histórico da companhia permite confirmar que o run-off do ramo de assistência em viagem se esgota, na grande maioria dos processos de sinistro, no ano seguinte ao ano de ocorrência, atendendo ao carácter de curto prazo das prestações de assistência em viagem.

**d) Informação qualitativa e quantitativa acerca dos rácios de sinistralidade, rácios de despesas, rácios combinados de sinistros e despesas e rácio operacional (resultante da consideração dos rendimentos obtidos com investimentos afetos aos vários segmentos), calculados sem dedução do resseguro cedido.**

Da análise dos indicadores abaixo apresentados, salienta-se em 2016 um aumento dos prémios brutos emitidos relativamente a 2015, assim como dos prémios

adquiridos. A taxa de sinistralidade cresceu cerca de 7%, atingindo em 2016, 57,79%, e o rácio combinado, cresceu cerca de 17%, até aos 87,44%

O aumento destes 2 indicadores contribuiu para a redução do resultado técnico.

Apresentam-se abaixo alguns indicadores:

**Cálculo dos rácios constantes do anexo ao balanço 2016**

Unidade monetária: Euros

	31-12-2016	Variação 2016/2015	31-12-2015	Variação 2015/2014
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	1.144.570	2,07%	1.121.308	2,06%
Prémios brutos emitidos	1.226.091	8,37%	1.131.368	-0,39%
<b>Despesas</b>				
Despesas a imputar/Prémios adquiridos	29,65%	23,20%	24,07%	29,96%
<b>Sinistralidade</b>				
Taxa de sinistralidade	57,79%	14,18%	50,61%	-2,60%
Taxa de sinistralidade líquida de resseguro cedido	57,79%	14,18%	50,61%	-2,60%
Provisões sinistros/Custos sinistros	38,92%	5,38%	36,93%	-6,28%
Provisões de balanço/Prémios adquiridos	50,01%	28,94%	38,79%	-3,20%
<b>Rácio combinado</b>	<b>87,44%</b>	<b>17,09%</b>	<b>74,68%</b>	<b>5,95%</b>
<b>Resultado financeiro</b>				
Rentabilidade provisões técnicas	0,30%	-69,30%	0,97%	-62,19%
Resultado Financeiro (1)/Prémios	0,15%	-60,73%	0,38%	-63,41%
<b>Rácio operacional</b>	<b>87,31%</b>	<b>17,51%</b>	<b>74,30%</b>	<b>6,98%</b>
<b>Resultado técnico</b>	<b>145.443</b>	<b>-49,52%</b>	<b>288.147</b>	<b>-14,15%</b>
<b>Resultado total</b>	<b>358.796</b>	<b>-5,72%</b>	<b>380.547</b>	<b>-53,96%</b>

(1) = Proveitos de investimento

**6 Investimentos em filiais e associadas**

A ACP-Mobilidade-Sociedade de Seguros de Assistência, S.A. tem participação nas seguintes empresas:

	2016						
	Ativo	Passivo	Capital próprio	Resultado líquido	% detida	Proporção no resultado	Montante registado
<b>Subsidiárias</b>							
ACP-Serviços de Assistência, Lda.	5 347 840,32	2 932 090,40	2 415 749,82	243 282,54	90%	218 954,29	2 174 173,95
ACP-Viagens e Turismo, Lda.	662.582,84	240.432,56	422.150,28	35.520,95	40%	14.208,38	168.860,39
						233.162,67	2.343.034,34

As participações financeiras estão valorizadas pelo método da equivalência patrimonial, na base da proporção dos capitais próprios constantes dos balanços das respetivas empresas, reportados a 31 de Dezembro de 2016. O montante proporcional dos resultados apresentados nas contas das empresas é reconhecido em ganhos e perdas no ano a que respeita.

Ambas as empresas participadas são auditadas e as respetivas certificações não apresentam qualificações.

A ACP Mobilidade está inserida num universo de empresas que têm como acionista maioritário o Automóvel Clube de Portugal, com sede em Lisboa, na Rua Rosa Araújo.

## 7 Caixa e equivalentes e depósitos à ordem

Caixa e equivalentes e depósitos à ordem apresentam o desdobramento que se segue:

	2016	2015
Caixa e seus equivalentes	100	100
Depósitos à Ordem	225.505	379.141
	<b>225.605</b>	<b>379.241</b>

## 8 Ativos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Empresa espera incorrer, deduzido de amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de bens	Anos
Equipamento administrativo	10
Máquinas e ferramentas	8
Equipamento informático	3
Instalações de interiores	10
Material de transporte	4
Outros equipamentos	10

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	2016		2015	
	Equip. administ.	Total	Equip. administ.	Total
<b>Ativos</b>				
Saldo inicial	1.585	1.585	1.585	1.585
Aquisições	-	0	-	0
Saldo final	1.585	1.585	1.585	1.585
<b>Amortizações acumuladas e perdas por Imparidade</b>				
Saldo inicial	1.585	1.585	1.585	1.585
Amortizações do exercício	-	0	-	0
Saldo final	1.585	1.585	1.585	1.585
<b>Ativos líquidos</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

## 9 Locações

### 9.1 Locações operacionais

Em 31 de Dezembro de 2016 a Empresa é locatária em contratos de locação operacional relacionados com equipamento de transporte, os quais se encontram denominados em Euros.

O gasto relacionado com locações operacionais reconhecido nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 foi 4.831 Euros e de 6.222 Euros respetivamente.

## 10 Ativos intangíveis

A empresa não tem no final de 2016 no ativo qualquer elemento contabilizado como Ativo Intangível.

## 11 Afetação dos investimentos e outros ativos

Os investimentos e outros ativos têm a seguinte afetação a 31 de Dezembro de 2016 e 2015:

	2016		2015	
	Seguro não vida	Não afetos	Seguro não vida	Não afetos
Caixa e equivalentes	-	225.605	-	379.241
Terrenos e edifícios	-	340.000	-	340.000
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	2.343.034	-	2.204.368
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	265.379	-	233.859
Empréstimos concedidos e contas a receber	720.000	-	739.997	-
	<b>720.000</b>	<b>3.174.018</b>	<b>739.997</b>	<b>3.157.469</b>

### 11.1 Ativos financeiros detidos para venda mensurados ao justo valor

Os justos valores dos ativos financeiros a 31 de Dezembro de 2016 foram determinados com base nos ativos financeiros cotados em mercados ativos e líquidos.

O detalhe da forma de determinação dos justos valores dos ativos financeiros mensurados ao justo valor por capital próprio é conforme se segue:

	2016		2015	
	Cotações em mercados ativos e líquidos	Outros inputs de mercado	Cotações em mercados ativos e líquidos	Outros inputs de mercado
Ativos financeiros disponíveis para venda mensurados ao justo valor				
LINDE FINANCE	35.032	-	-	-
DAIMLER	36.024	-	-	-
NATIONAL AUS BK	36.064	-	39.540	-
ANH-BUSCH INBEV	36.514	-	38.608	-
RABOBANK	36.001	-	-	-
TOYOTA MOTOR	-	-	39.298	-
SAP	-	-	38.864	-
ABN AMRO	35.683	-	38.259	-
ROCHE FINANCE	-	-	39.290	-
GRENKE FINANCE	15.092	-	-	-
BMW	34.970	-	-	-
	265.379	0	233.859	0

## 12 Provisões técnicas de seguro direto e resseguro aceite

À data de 31 de Dezembro de 2016 o saldo desta rubrica é analisado como segue:

	2016			2015		
	Seguro direto	Resseguro aceite	Total	Seguro direto	Resseguro aceite	Total
Provisão para prémios não adquiridos	270.201	44.851	315.051	193.766	31.641	225.407
Provisão para sinistros	207.770	49.623	257.393	174.159	35.425	209.584
	477.970	94.474	572.444	367.925	67.066	434.991

A análise à adequação e suficiência das provisões para sinistros e para prémios não adquiridos consta do relatório do atuário responsável, confirmando o valor apresentado pela gestão.

## 13 Outros devedores por operações de seguros e outras operações

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2016 é analisado como segue:

	2016		
	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido
Contas a receber por operações de seguro direto	622.630	(6.864)	615.766
Contas a receber por outras operações de resseguro	40.229	-	40.229
Contas a receber por outras operações	6.976	-	6.976
	669.834	(6.864)	662.970

**14 Outros credores por operações de seguros e outras operações**

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2016 é analisado como segue:

	2016	2015
Contas a pagar por operações de seguro direto	-	-
Contas a pagar por outras operações de resseguro	-	-
Contas a pagar por outras operações		
Fornecedores c/c	84.269	69.034
Pessoal	-	-
Credores diversos	-	-
	<b>84.269</b>	<b>69.034</b>

**15 Prémios de contratos de seguros**

Os prémios brutos emitidos são registados como proveitos do exercício a que respeitam, independentemente do seu pagamento, ou do seu recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios.

O total de Prémios brutos emitidos durante o exercício de 2016 foi de 1.226.091 Euros, assim discriminados:

	2016	2015
Prémios brutos emitidos de seguro direto	963.421	876.856
Prémios brutos emitidos de resseguro aceite	262.670	254.512
	<b>1.226.091</b>	<b>1.131.368</b>

**16 Rendimentos**

Os rendimentos por categorias de ativos financeiros são analisados como segue:

	2016		2015	
	Seguro não vida	Não afetos	Seguro não vida	Não afetos
Empréstimos concedidos e contas a receber				
Juros de depósitos a prazo	1.708	-	4.228	-
De terrenos e edifícios				
Rendas	-	16.271	-	16.271
Outros rendimentos	-	13.179	-	14.340
	<b>1.708</b>	<b>29.450</b>	<b>4.228</b>	<b>30.611</b>

### 17 Custos e gastos de exploração

Os custos e gastos de exploração líquidos são analisados como segue:

	2016	2015
Gastos com o pessoal	203.961	166.141
Fornecimentos e serviços externos	132.828	100.095
Impostos e taxas	2.628	2.451
Outros gastos administrativos	-	-
	<b>339.418</b>	<b>268.687</b>

### 18 Gastos com o pessoal

Os custos com pessoal decompõem-se como segue:

	2016	2015
Remunerações		
Orgãos sociais	166.489	131.551
Pessoal	-	-
Encargos sobre remunerações		
Orgãos sociais	35.284	32.162
Pessoal	-	-
Seguros obrigatórios	2.110	2.429
Outros	78	-
	<b>203.961</b>	<b>166.141</b>

O Conselho de Administração é composto por 3 elementos, sendo apenas 2 deles remunerados.

Não existem compromissos em matéria de pensões de reforma.

Não existem adiantamentos nem foram concedidos quaisquer créditos, quer aos membros do Conselho de Administração quer ao pessoal.

Em 2016 foi remunerado o cargo de Revisor Oficial Contas, através de honorários no montante de 9.594 Euros.

### 19 Impostos sobre o rendimento

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais,

tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2011 a 2015 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2016 e 2015.

O gasto com impostos sobre o rendimento em 2016 e em 2015 é detalhado conforme se segue:

	2016	2015
Imposto corrente e ajustamentos		
Imposto corrente do período	37.443	71.802
	37.443	71.802
Impostos diferidos		
Impostos diferidos relacionados com a origem/reversão diferenças temporárias	-	-
	0	0
<b>Gastos com imposto sobre o rendimento</b>	<b>37.443</b>	<b>71.802</b>

### 19.1 Ativos e passivos por impostos correntes

	2016		2015	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas				
Pagamento especial por conta	-	-	351	-
Pagamento por conta	58.252	-	17.082	-
Estimativa de imposto	-	37.443	-	71.802
Retenção na fonte	4.481	-	4.970	-
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	-	3.891	-	3.644
Imposto sobre o valor acrescentado	-	-	-	-
Contribuições para a Segurança Social	-	3.763	-	3.578
Outros impostos	-	13.714	-	13.468
	62.733	58.810	22.402	92.492

## 20 Capital, outros instrumentos de capital, reservas de reavaliação, outras reservas e resultados transitados

### 20.1. Capital

Em 31 de Dezembro de 2016, o capital social encontra-se representado por 500.000 de ações nominativas, integralmente subscritas e realizadas, com o valor nominal de 5,00 euros cada, conforme detalhado no quadro abaixo:

	Nº Ações	Valor nominal	Participação no capital	Capital social
Automóvel Club de Portugal	489.300	5	97,86%	2.446.500
ACP-Viagens e Tursimo, Lda.	9.000	5	1,80%	45.000
ACP-Serviços Rápidos, Sociedade Unipessoal, Lda.	800	5	0,16%	4.000
ACP-Motorsport, Lda.	500	5	0,10%	2.500
ACP-Serviços de Assistência, Lda.	400	5	0,08%	2.000
	500.000		100,00%	2.500.000

## 20.2 Reserva legal

De acordo com a legislação, 10% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até à concorrência do Capital Social. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Em 31 de Dezembro de 2016 a reserva legal ascendia a 595.191 Euros.

## 20.3 Outras Reservas

Em 31 de Dezembro de 2016, as outras reservas ascendiam a 421.832 Euros.

## 20.4 Solvência II

O novo regime de Solvência II entrou em vigor a partir em 1 de Janeiro de 2016, na sequência da transposição em 2015, da Diretiva 2009/138/CE para a ordem jurídica nacional, através da Lei nº147/2015 de 9 de Setembro.

A informação de abertura a 1 de Janeiro de 2016 confirma o cumprimento dos requisitos de capital pela companhia, ao abrigo deste regime, conforme já acontecia no regime anterior.

Sem prejuízo do relatório atuarial referente a 31 de Dezembro não estar ainda concluído, é convicção da gestão que a companhia continuará a cumprir os requisitos de capital.

## 21 Partes relacionadas

A empresa é detida em 97,86% pelo Automóvel Clube de Portugal, sendo as suas demonstrações financeiras consolidadas nessa entidade.

No decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

	Rendimentos		Gastos	
	Prémios de seguro	Rendas imóveis	Custos sinistros	Outros gastos
ACP-Automóvel Club de Portugal	564.806	16.271		78
ACP Serviços de Assistência, Lda.			593.158	911
	564.806	16.271	593.158	988

Em 31 de Dezembro de 2016 a empresa apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

	<b>Saldos</b>	
	<b>Contas a receber correntes</b>	<b>Contas a pagar correntes</b>
ACP-Automóvel Club de Portugal	519.736	78
ACP Serviços de Assistência, Lda.	6.650	53.614
	<b>526.385</b>	<b>53.692</b>

## 22 Acréscimos e diferimentos

A rubrica de acréscimos e diferimentos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 é analisada como segue:

<b>Acréscimos e diferimentos ativos</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>Acréscimos</b>		
- Juros a receber	2.695	2.436
- Prémios	11.159	6.000
	<b>13.854</b>	<b>8.436</b>
<b>Diferimentos</b>		
- Seguros	188	278
- Quotizações	4.680	5.320
	<b>4.868</b>	<b>5.598</b>

<b>Acréscimos e diferimentos passivos</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>Acréscimos</b>		
- Auditores	12.054	5.535
- Contabilistas	-	15.449
- Actuário	1.845	10.476
- Avenças e honorários	-	-
- Remunerações e respetivos encargos	25.066	24.818
- Estorno de prémios faturados	-	-
- Outros	483	117
	<b>39.448</b>	<b>56.395</b>
<b>Diferimentos</b>		
- Rendas de imóveis	756	756
	<b>756</b>	<b>756</b>

**O Conselho de Administração**

Carlos de Alpoim Vieira Barbosa

Florbela S. Almeida

André Veloso Ferreira dos Santos

**O Contabilista Certificado**

Rui Miguel Soares Caeiro

## **ACP MOBILIDADE, Sociedade de Seguros de Assistência, S.A.**

### **Relatório com os critérios de imputação de custos para o exercício de 2015**

(alínea c) do nº1 do art. 3º da Norma 21/2003-R)

A ACP – Mobilidade – Sociedade de Seguros de Assistência, S.A. opera com base numa estrutura muito leve, em que tanto a área de sinistros como as áreas administrativas e de contabilidade estão subcontratadas a empresas especializadas.

Em face do exposto, decidiu-se que a totalidade dos custos a imputar no final do exercício em 31 de Dezembro de 2016 fosse levada à conta de exploração, mantendo o critério de usado no exercício anterior.

Lisboa, 31 de Dezembro de 2016

O Conselho de Administração

**ACP MOBILIDADE, Sociedade de Seguros de Assistência, S.A.**

**CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS**



## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **ACP Mobilidade – Sociedade de Seguros de Assistência, SA** que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2016 (que evidencia um total de 4.638.442 euros e um total de capital próprio de 3.882.715 euros, incluindo um resultado líquido de 358.796 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do ACP Mobilidade – Sociedade de Seguros de Assistência, SA, em 31 de Dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras abaixo”. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

### Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

.../...



## Investimentos em empresas filiais e associadas

Descrição dos riscos de distorção material	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material identificado
<p>No final do exercício de 2016, o ACP Mobilidade regista, investimentos em empresas filiais e associadas, o montante de 2.343.034 euros. Estas participadas, de acordo com o referido na Nota 6 do ABDR, são valorizadas pelo método da equivalência patrimonial.</p> <p>Atendendo ao facto do montante escriturado destes ativos ser muito significativo no total do balanço do ACP Mobilidade e tendo em consideração que o fator de risco que mais peso tem no cálculo do capital é o risco de concentração decorrente destes investimentos, esta foi considerada uma matéria relevante de auditoria.</p>	<p>Foram solicitadas e obtidas as demonstrações financeiras das suas duas participadas, à data de 31 de Dezembro de 2016. Procedeu-se à análise da Certificação Legal das Contas das referidas demonstrações financeiras e foram solicitados e obtidos os esclarecimentos julgados necessários, do respetivo auditor.</p> <p>Executámos procedimentos de auditoria que nos permitiram concluir que o método de valorização adotado é adequado e que o montante escriturado foi devidamente apurado.</p>

## Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.



## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;





- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

### Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) nº537/2014

Dando cumprimento artigo 10.º do Regulamento (UE) nº537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados/eleitos auditores da Entidade pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 9 de Maio de 2011 para um mandato compreendido entre 2011 e 2014. Fomos nomeados/eleitos na assembleia geral de acionistas realizada em 1 de Junho de 2015 para um segundo mandato compreendido entre 2015 e 2018.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.



- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade em 20 de Março de 2017.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

Lisboa, 20 de Março de 2017

José Maria Ribeiro da Cunha  
Em representação de:  
Amável Calhau, Ribeiro da Cunha & Associados  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

**ACP MOBILIDADE, Sociedade de Seguros de Assistência, S.A.**

**RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL**

**ACP MOBILIDADE - SOCIEDADE DE SEGUROS DE ASSISTÊNCIA, SA**



**RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Senhores Acionistas,

Nos termos do mandato que nos foi conferido e em cumprimento da lei e do contrato de sociedade, cumpre-nos apresentar o nosso relatório e formular parecer sobre o Relatório de Gestão, Balanço, Conta de Ganhos e Perdas e respetivos Anexos, apresentados pelo Conselho de Administração da sociedade ACP MOBILIDADE - SOCIEDADE DE SEGUROS DE ASSISTÊNCIA, S.A., relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016.

Ao longo do exercício acompanhámos a gestão da Sociedade, examinando as contas, respetiva documentação contabilística e valores, bem como os demais documentos que julgamos necessários ao pleno cumprimento das nossas funções.

A Administração e os respetivos serviços prestaram-nos todos os esclarecimentos e informações que necessitámos.

Os critérios valorimétricos adotados no exercício correspondem a uma adequada avaliação do património e dos resultados, em conformidade com as normas de contabilidade vigentes em Portugal para o sector de Seguros.

O Relatório de Gestão, o Balanço, a Conta de Ganhos e Perdas e os respetivos Anexos, satisfazem os preceitos legais e do contrato de sociedade.

O Conselho Fiscal reuniu trimestralmente para apreciação dos resultados trimestrais da Sociedade durante o ano de 2016.

O Conselho Fiscal reuniu ainda trimestralmente com o revisor oficial de contas e tomou conhecimento do conteúdo da certificação legal das contas emitida, por ele, nos termos da legislação em vigor.

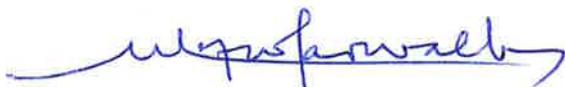
Face ao que antecede e estando cumpridas as formalidades legais e estatutárias somos de parecer que:

- a) Se proceda à aprovação do Relatório de Gestão e as Contas referentes ao exercício de 2016;
- b) Se proceda à aprovação da proposta do Conselho de Administração de aplicação do resultado líquido do exercício.

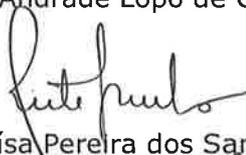
Este documento mereceu a nossa aprovação.

Lisboa, 21 de Março de 2016

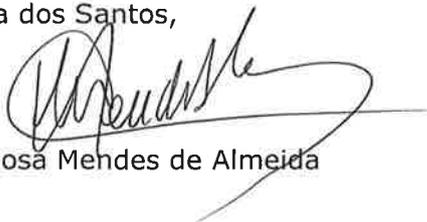
O Conselho Fiscal,



Manuel Andrade Lopo de Carvalho,



Rute Luísa Perelra dos Santos,



Frederico Carvalhosa Mendes de Almeida